

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.350 - RJ (2019/0088903-6)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : V N F
ADVOGADOS : PIERRE LOURENÇO DA SILVA - RJ150278
JOSE MOTA FILHO E OUTRO(S) - RJ165397
AGRAVADO : P A L S
ADVOGADOS : SULAMITA AUGUSTA DA SILVA - AM000435
BRUNA PACHECO RINALDI DE CARVALHO E OUTRO(S) - RJ135385

DECISÃO

Trata-se de agravo interno no agravo em recurso especial interposto por V. N. F. às fls. 1.497-1.584 (e-STJ).

Não tendo havido pronunciamento desta Corte acerca do agravo em recurso especial interposto na origem às fls. 1.420-1.449 (e-STJ), não há como conhecer da insurgência em virtude da ausência de interesse recursal.

Agravo interno não conhecido.

Passo, portanto, a analisar o agravo em recurso especial fls. 1.420-1.449 (e-STJ).

Trata-se de agravo interposto por V. N. F. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÕES. DIREITO DE FAMÍLIA. CONEXÃO. AÇÕES DE GUARDA E CAUTELAR. GESTAÇÃO DERIVADA DE RELACIONAMENTO NÃO ESTÁVEL. NETO SOB A GUARDA DA AVÓ MATERNA DESDE O ÓBITO DA GENITORA. FALECIMENTO DA MÃE GUARDIÃ EM 14.05.2011. NASCIMENTO EM 23.11.2003. DISPUTA PELA GUARDA DO ADOLESCENTE ENTRE A AVÓ MATERNA E O PAI, QUE CONSTITUIU NOVO NÚCLEO FAMILIAR NO ESTADO DO AMAZONAS.

Não conhecimento do apelo interposto pelo menor: falta de legitimidade para recorrer da sentença, pelo fato de não ser parte em nenhuma das ações em julgamento. A circunstância de sua guarda ser objeto de disputa entre seu pai e sua avó materna não o legitima a recorrer.

Infundada alegação de parcialidade da magistrada. Rejeição das teses suscitadas pelas partes ou interpretação dos laudos técnicos de forma diversa da pretendida não caracterizam parcialidade. Mérito. A guarda dos filhos menores deve atender ao princípio do melhor interesse do adolescente e de sua proteção integral, devendo ser atribuída aos genitores ou a substituto que possua condições para exercê-la, conforme dispõe o art. 1.583 do Código Civil. Os laudos técnicos informam que o jovem Pedro Henrique tem empatia e afeto tanto pelo pai quanto pela avó materna. Vontade do adolescente de preservar o convívio com ambos, haja vista que após a morte prematura da mãe e do avô materno, os seus laços de família ficaram praticamente reduzidos à figura da avó materna e do pai, ora litigantes. Prevalência do interesse do adolescente na manutenção do convívio tanto com o pai quanto

Superior Tribunal de Justiça

com a avó materna. Reforma da sentença para que a guarda de Pedro Henrique seja, excepcionalmente, alternada entre os litigantes até que ele conclua o ensino fundamental (9º ano), de modo que durante o período escolar o adolescente permaneça sob a guarda da avó materna, para que possa frequentar a escola onde está matriculado regularmente. Nos períodos de 27 de dezembro a 31 de janeiro e de 01 a 31 de julho, de cada ano, a guarda será do pai, na cidade de Manaus, ou em qualquer outra na qual se encontre. Autorização de visitação paterna, na última semana de cada mês de guarda avoenga, sem supervisão, na cidade do Rio de Janeiro, com permanência de até sete dias. Posterior adequação da guarda pelo juiz natural.

Mediação como instrumento para definitiva solução do conflito.

Necessidade de acompanhamento psicológico especializado.

Multa diária por descumprimento de determinação judicial de entrega do menor aos guardiões provisórios. Redução e destinação em prol do adolescente. Necessidade de adequação dos honorários advocatícios ao disposto nos §§ 2º e 8º, do artigo 85, do NCPC. Ação cautelar. Desnecessidade de bloqueio das contas bancárias do genitor, com vistas a garantir futura execução. NÃO CONHECIMENTO DO APELO INTERPOSTO PELO MENOR PEDRO HENRIQUE. PARCIAL PROVIMENTO DOS APELOS VEICULADOS PELO PAI NAS AÇÕES DE GUARDA. PROVIMENTO DO RECURSO DO GENITOR NA AÇÃO CAUTELAR" (fls. 1.023-1.024, e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fls. 1.076-1.077, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 79, 80, 81, 85, 98, § 3º, e 932, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015; 12 da Convenção Sobre Direitos da Criança (Decreto nº 99.710/1990); 28, § 2º, do Estatuto da Criança e Adolescente; 461 do Código de Processo Civil de 1973; 1.583 e 1.584, § 5º, do Código Civil e 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 12.318/2007.

Sustenta que:

- a) o erro material no cabeçalho da petição é sanável a qualquer tempo;
- b) o menor não foi ouvido;
- c) a litigância de má-fé da parte recorrida deve ser reconhecida;
- d) os honorários advocatícios devem ser majorados;
- d) o valor da multa diária deve ser o fixado pelo Juízo de primeiro grau, e
- e) a guarda definitiva do menor deve ser dada à recorrente.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 1.456-1.481 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

O recurso não merece conhecimento.

A decisão de fls. 1.327-1.333 (e-STJ) inadmitiu o recurso especial porque:

a) as razões recursais não têm pertinência temática com o fundamentos do acórdão estadual - incidência da Súmula nº 284/STF;

b) o art. 28, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente não se aplica à hipótese - incidência da Súmula nº 284/STF, e

c) a revisão do contexto fático dos autos, a alegada litigância de má-fé, a revisão dos valores fixados a título de honorários e de astreintes são temas que esbarram no óbice da Súmula nº 7/STJ.

Constata-se que as razões do agravo de fls. 1.420-1.449 (e-STJ) deixaram de impugnar de modo específico todos os referidos fundamentos, limitando-se a reprisar a argumentação do recurso especial. Atrai portanto, à espécie, a aplicação do disposto no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, que faculta ao relator "*não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida*".

A propósito, o julgamento do EAREsp nº 746.775/PR, Rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19/9/2018.

Ainda, nesse mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/1973), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 83 do STJ).

3. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.288.826/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 27/9/2018).

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

